



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2022

(nº 337/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 337

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de junho de 2022.

Brasília, 23 de Junho de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULA ALVES DE SOUZA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULA ALVES DE SOUZA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 354/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 01/07/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3471203** e o código CRC **EFEB93FA** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE PAULA ALVES DE SOUZA

CPF.: 762.499.217-53

ID.: 7775 MRE

1963 Filha de Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza e de Beatriz do Amaral Alves de Souza, nasce em 22 de julho, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Ciência Política pelo Richmond College, Londres, Reino Unido
1991 Mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido
1993 CPCD - IRBr
2002 CAD - IRBr
2012 CAE - IRBr – Tese “A Internacionalização do Cinema Nacional: o Papel do Itamaraty”

Cargos:

1994 Terceira-Secretária
1999 Segunda-Secretária
2003 Primeira-Secretária
2008 Conselheira, por merecimento
2013 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2021 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1994-99 Divisão das Nações Unidas, assistente
1998 Instituto Rio Branco, Professora Assistente de Relações Internacionais
1999-2002 Embaixada em Washington, Terceira-Secretária e Segunda-Secretária
2002-05 Embaixada em Buenos Aires, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
2005-07 Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária
2007-08 Divisão de Promoção do Audiovisual, assistente
2008-14 Divisão de Promoção do Audiovisual, Chefe
2009 Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de fortalecimento e regulamentação das atividades das film commissions nacionais, Representante titular
2014-2015 Divisão de Pagamentos, Chefe
2015-2016 Departamento do Serviço Exterior, Diretora
2016--2022 Departamento Cultural, Diretora
2022- Instituto Guimarães Rosa, Diretora

Condecorações:

2000 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À UNESCO

PERFIL DA DIRETORA-GERAL DA UNESCO, AUDREY AZOULAY



Eleita pela 39ª Conferência Geral da UNESCO, a francesa Audrey Azoulay tomou posse como Diretora-Geral em 15 de novembro de 2017, para mandato de quatro anos. Foi reeleita a novo mandato para a direção da Organização na última plenária da Conferência Geral (41ªCG, novembro de 2021). Única candidata, Azoulay recebeu amplo apoio à candidatura de reeleição (Brasil incluído), o que demonstra reconhecimento dos Estados-membros quanto ao êxito do trabalho da DG, seja no que diz respeito ao equacionamento financeiro da UNESCO, seja no fortalecimento da Organização como espaço de reflexão e atuação com impacto fora da sede. O apoio do Brasil à candidatura da DG, já nos momentos iniciais, é visto como chave para o êxito de sua campanha.

Com o objetivo de recuperar o prestígio da UNESCO e reforçar o multilateralismo, Audrey Azoulay tem-se empenhado em promover a agenda de reforma administrativa da Organização, bem como em recompor sua base orçamentária, ao mesmo tempo fortalecendo agendas temáticas sob seu mandato específico.

Ex-Ministra da Cultura e Comunicação do governo de François Hollande (2016), de quem fora assessora cultural desde 2014, Audrey Azoulay fez sua carreira no setor audiovisual. Graduada pela École Nationale d'Administration da França (ENA) e pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po), tem também um diploma em administração de empresas pela Universidade de Lancaster do Reino Unido.

MISSÃO DA UNESCO

Criada em 16 de novembro de 1945 sobre os escombros da II Guerra Mundial, a UNESCO vem à luz com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e ciências. A essas áreas de seu mandato original, a UNESCO agregou posteriormente os temas relativos a comunicação e informação, de forma a adequar-se aos desafios do mundo contemporâneo.

A Organização tem hoje 193 estados membros e 10 membros associados. Seu Conselho Executivo é amplamente representativo ao congregar 58 países, e se reúne duas vezes ao ano para deliberar sobre ampla agenda. O Brasil, por sua atuação construtiva na UNESCO, tem logrado eleger-se continuamente para o Conselho Executivo. A Conferência-Geral é a instância máxima de governança da Organização e se reúne a cada dois anos. A 41ª Conferência Geral (novembro de 2021) é presidida pelo Delegado Permanente do Brasil junto à Organização, cuja candidatura foi apresentada pelo grupo de países latino-americanos e caribenhos.

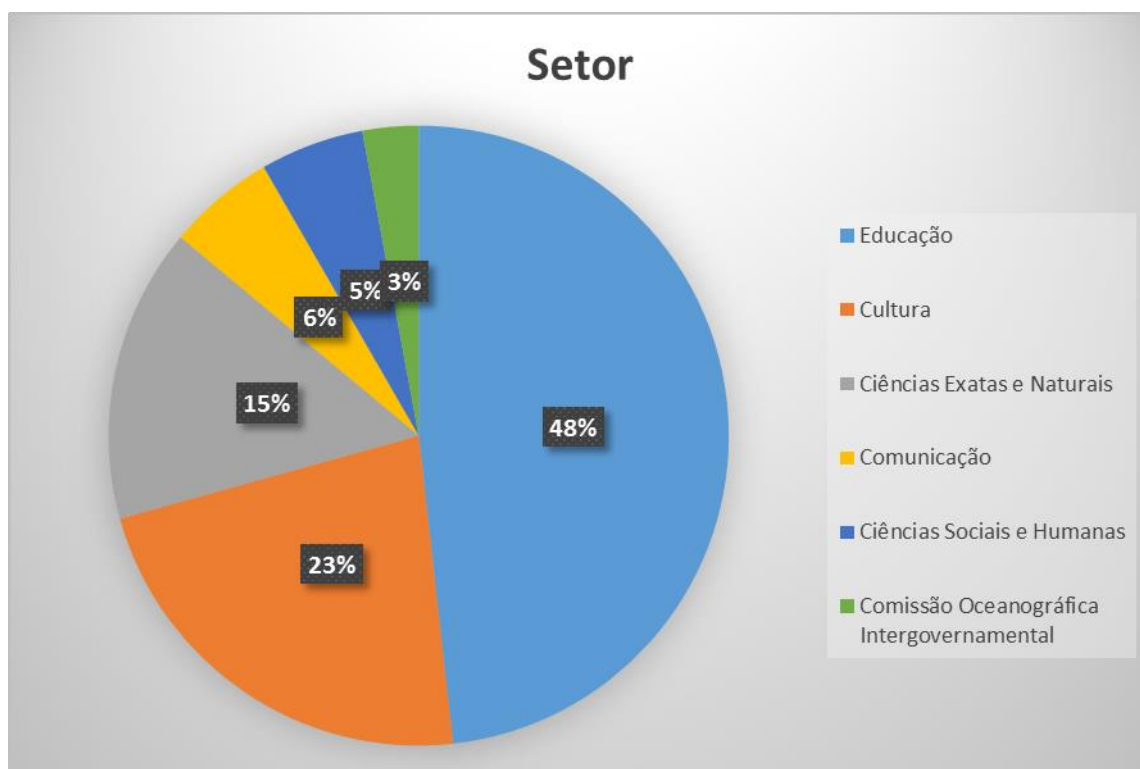
A UNESCO dispõe de expressiva capilaridade no terreno. Além da sede e do Centro do Patrimônio Mundial, localizados em Paris, existem 54 escritórios nacionais e regionais e 10 centros de categoria I, em dez diferentes países. De modo indireto, a UNESCO mobiliza, ainda, mais de 100 centros de categoria II; 199 comissões nacionais; e 773 cátedras coordenadas por instituições de ensino superior e de pesquisa em 116 países.

Desde a adoção da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, em setembro de 2015, os estados membros da UNESCO têm-se esforçado para adaptar os programas da Organização para a consecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se encontram sob seu âmbito de atuação. Destaca-se em particular o ODS-4, relativo à promoção da educação inclusiva e de qualidade, de competência primordial da UNESCO e com transversalidade em todos os 17 ODS da Agenda 2030. Compete ainda à Organização parte substancial do acompanhamento dos seguintes Objetivos: ODS-6, sobre acesso à água e saneamento; ODS-9, sobre tecnologia e inovação; ODS-14, relativo à vida nos oceanos; e ODS-16, sobre cultura de paz e justiça, que abrange temas como liberdade de expressão e segurança de jornalistas, bem como o tema da cultura, indissociável dos demais objetivos da Agenda 2030.

INFORMAÇÕES GERAIS

Repartição do orçamento da UNESCO por setor

De acordo com o programa proposto e orçamento aprovado pela Conferência Geral, para o biênio financeiro de 2022-2023 (41/C5), a estrutura orçamentária será de **US\$ 1.447.757.820** (após ajustes de compensação e incluindo todas as fontes de financiamento).



- Setor de Educação: US\$ 694.923.753,6
- Setor de Cultura: US\$ 332.984.298,6
- Setor de Ciências Exatas e Naturais: US\$ 217.163.673
- Setores de Comunicação: US\$ 86.865.469,2
- Setor de Ciências Sociais e Humanas: US\$ 72.387.891
- Comissão Oceanográfica Intergovernamental: US\$ 43.432.734,6

As dotações autorizadas para o orçamento ordinário por programas serão financiadas por contribuições feitas aos Estados-membros no montante de US\$ 534.647.000. O restante do montante (US\$ 913.110.820) será constituído de fundos de geração de renda e contribuições voluntárias.

Número de escritórios fora da sede e centros de categoria 1 e 2

A UNESCO possui uma rede de 53 escritórios fora da sede, incluindo escritórios regionais, temáticos e nacionais e também os 4 escritórios de ligação. Além disso, a estrutura contém 9 centros de categoria 1 e 124 Centros de Categoria 2.

Projetos financiados pelo Brasil na UNESCO

Para o período 2018-2019, o valor total dos acordos assinados relacionados a atividades financiadas pelo Governo do Brasil, por meio de contribuições voluntárias, totalizou US\$ 45 milhões, a maior parte dos quais alocada para atividades de fundo fiduciário em benefício próprio. Em 2020, a cooperação totalizou US\$ 10,7 milhões, a maior parte relacionada a projetos de autofinanciamento.

Há 46 projetos em andamento no Brasil no corrente ano, com total estimado de R\$245,4 milhões.

	Execução em BRL	Recursos disponíveis em fase de implementação	Número de projetos
Educação	18.521.005	132.232.384	19
Ciências S.	1.336.008	25.470.298	7
Ciências H.	527.808	18.458.937	5
Cultura	2.530.065	56.925.184	11
Com. Info.	1.451.274	12.312.318	4
TOTAL	24.366.162	245.399.123	46

O BRASIL NA UNESCO

O Brasil é membro fundador da UNESCO, foi um dos 37 signatários de sua carta constitutiva em 16 de novembro de 1945, e um dos 20 primeiros países a ratificar sua Constituição em novembro de 1946.

A 41ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil – candidatura proposta pelo GRULAC – o que confere grande visibilidade positiva ao País e à região. O Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO exerce a Presidência. Para além da sessão plenária (9 a 24 de novembro de 2021), a CG tem vigência no biênio 2022-2023, momento em que se implementará a Estratégia de Médio Prazo (2022-2029), reestruturação financeira da Organização, assim como avanços nas agendas de mandato da UNESCO, com destaque para as agendas de Inteligência Artificial, Ciência Aberta, Educação de Qualidade, Meio Ambiente, Liberdade de Expressão, Cultura e Inovação – todos temas alinhados à Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A construtiva presença do Brasil na UNESCO ao longo dos 76 anos de sua existência traduz a vocação pacífica e conciliadora da política externa brasileira. Projetamos na UNESCO a solidez de nossas instituições, a riqueza de nossa cultura e o pluralismo de nossa sociedade. Defendemos na UNESCO os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, com destaque à erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Promovemos, da mesma forma, os interesses do Brasil nos setores das ciências naturais (em estreita parceria com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental e o Programa Hidrológico Intergovernamental), das ciências sociais (promoção da eliminação de todas as formas de discriminação e elaboração de princípios éticos em diferentes áreas do conhecimento) e a preservação de nosso patrimônio cultural e natural, inclusive em suas vertentes de estímulo às indústrias criativas e ao desenvolvimento sustentável.

O forte envolvimento do Brasil na agenda da Organização se reflete, entre outros aspectos, nas visitas de alto nível à UNESCO. Nos últimos anos, foram realizados encontros entre a Diretora-Geral Assistente para Educação e o Ministro da Educação (2021), entre o Diretor-Geral Assistente para Cultura e o Secretário Especial de Cultura (2019), e entre a Diretora-Geral, em Paris, e os Ministros do Esporte (2017); do Meio Ambiente (dezembro de 2017); da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2018 e 2019); da Cultura (2018) e da Educação (2018), além da visita ao Brasil da Diretora-Geral, seu primeiro compromisso internacional após assumir suas funções. Durante essas visitas, foram tratados temas de grande relevância, como a preservação do legado olímpico brasileiro e o combate à dopagem nos esportes; a organização no Brasil, em março de 2018, do VIII Fórum Mundial da Água; a participação

do Brasil na Década Internacional dos Oceanos, no âmbito da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI); a realização do Fórum Regional sobre Inteligência Artificial da América Latina e Caribe (dezembro de 2019); a atuação do Centro Lúcio Costa como Centro de Categoria II da UNESCO na promoção de capacitação para a preservação do patrimônio mundial; e o apoio da UNESCO nos trabalhos de resgate e recuperação do Museu Nacional no Rio de Janeiro; mais recentemente, destaca-se a constituição do CETIC.br como Centro de Categoria II na área de tecnologia, comunicação e informação.

Como reflexo do dinamismo e consistência da atuação do Brasil na UNESCO, contamos com 23 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo 15 sítios culturais, 7 sítios naturais e um sítio misto; 9 elementos inscritos nas três listas do patrimônio cultural imaterial; 7 reservas da biosfera; um geoparque; 2 centros de categoria II; 23 cátedras UNESCO em instituições de ensino superior; 12 Cidades Criativas, 5 Cidades da Aprendizagem, além de 10 acervos documentais inscritos no Programa Memória do Mundo. A organização representa, assim, plataforma privilegiada para projeção de *soft power* pelo Brasil, bem como um instrumento valioso de estímulo à economia criativa.

Além de ser o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da UNESCO, o Brasil tem sido, nos últimos anos, um dos principais parceiros da organização na execução de projetos com recursos nacionais próprios ("*self benefit*"). Desse modo, o Escritório da UNESCO em Brasília tem atuado, em conjunto com órgãos do Governo brasileiro e com parceiros privados, em numerosos projetos, que o transformam no maior escritório fora da sede em matéria de execução de recursos extraorçamentários. Ademais, o Escritório em Brasília é dos poucos capazes de se autossustentar financeiramente.

O total devido pelo Brasil é atualmente de US\$ 13,3 milhões, referentes às contribuições dos anos de 2021 e 2022. A atualização do pagamento das obrigações é de extrema importância para a recomposição do orçamento e para melhor posicionar o País em seu pleito por maior representatividade nos quadros de funcionários da Organização e para sua candidatura à reeleição ao Conselho Executivo. O Brasil continua sub-representado nos quadros de mais alto nível da Organização, onde poderia ter até 17 brasileiros e tem apenas 8.

Tendo em vista emendas aos estatutos da UNESCO, aprovadas na 40ª sessão da Conferência Geral (novembro de 2019), Estados devedores (com dívidas superiores a dois anos) perdem direito a voto na Conferência, a candidatar-se ao Conselho Executivo e direito de voto no Conselho. A quitação da dívida brasileira é, portanto, motivo de preocupação.

PERFIL DA DIRETORA-GERAL ASSISTENTE PARA CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNESCO, GABRIELA RAMOS



Gabriela Ramos é a Diretora-Geral Assistente para Ciências Sociais e Humanas da UNESCO. Entre as atribuições de sua pasta estão temas como inclusão social e igualdade de gênero, juventude, promoção dos valores do esporte, luta contra o racismo e a discriminação e ética da inteligência artificial.

Antes de assumir seu atual cargo na UNESCO, a mexicana Gabriela Ramos foi chefe de gabinete do Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e sherpa G20/G7/APEC, contribuindo para a agenda da OCDE em matéria de desafios econômicos, em particular para iniciativas voltadas ao crescimento inclusivo, bem-estar das crianças e igualdade entre os sexos.

Graças ao trabalho desenvolvido nessa última área, recebeu o prêmio de excelência “Forbes” 2017 e 2018, e foi incluída na lista das 100 pessoas mais influentes em matéria de políticas para a igualdade entre os sexos da “Apolitical”.

O SETOR DE EDUCAÇÃO DA UNESCO

A UNESCO é a organização responsável por liderar os esforços internacionais para a implementação da agenda internacional de educação. Entre os temas prioritários defendidos pela Delegação do Brasil no âmbito da organização, merecem destaque formação e requalificação docente; ensino técnico e profissionalizante; alfabetização e aprendizado ao longo da vida; reforma curricular; educação para o desenvolvimento sustentável; educação para direitos humanos; e educação na era digital.

Novo Comitê Diretivo de Alto Nível da Agenda 2030 de Educação

A Declaração de Incheon e seu Marco de Ação (2015) estabeleceram o Comitê Diretivo da Agenda 2030 de Educação como principal plataforma da UNESCO para coordenação global de iniciativas em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4): assegurar a educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Durante a 41ª Conferência Geral (novembro de 2021), foi aprovada a reforma do Comitê e inaugurado seu novo mandato. O mecanismo, agora chamado de “alto nível” (“High Level Steering Committee”), passou a ser integrado por ministros da Educação de todos os grupos eleitorais da UNESCO. Argentina e Colômbia representam a América Latina e o Caribe. Ele é copresidido pela Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay, e pelo Presidente de Serra Leoa, Julius Maada Bio. Também o integram representantes de organizações intergovernamentais regionais e parceiros de outros setores.

Reunião Global de Educação (GEM)

A Reunião Global de Educação (GEM) reúne os ministros de Educação dos Estados-membros e altas autoridades do setor e estabelece as diretrizes que deverão nortear o trabalho do novo Comitê Diretivo. A última sessão do GEM ocorreu em novembro de 2021, à margem da 41ª Conferência Geral, e contou com a participação do então ministro da Educação brasileiro, Milton Ribeiro.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS 2030)

O tema da Educação para o Desenvolvimento Sustentável tornou-se central na agenda da UNESCO e tem sido incorporado transversalmente nos programas e projetos da organização. Após a adoção de marco EDS 2030 (2019), a UNESCO lançou um “Mapa do Caminho” (*Roadmap* EDS 2030) para

guiar os países na incorporação, em seus sistemas de ensino, da cultura da sustentabilidade.

O grande marco de lançamento da nova estratégia foi a Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO (“Conferência de Berlim”), realizada virtualmente em maio 2021, na qual o Brasil foi representado pelo então SE/MEC, e hoje Ministro da Educação, Victor Veiga Godoy. Os resultados do encontro, sintetizados na “Declaração de Berlim”, foram referendados pela 41ª Conferência Geral e levados à COP 26ª, em Glasgow.

Estratégia da UNESCO sobre Inovação Tecnológica na Educação

A necessidade de acelerar o desenvolvimento de soluções digitais em matéria de educação para fazer face às consequências da pandemia do COVID-19 fez com que o tema da inovação tecnológica em educação ganhasse prioridade dentro da Organização.

De modo a apoiar os Estados-membros e contribuir para a redução do chamado “hiato digital”, a nova estratégia 2022-2025 da UNESCO tem entre seus objetivos para os próximos anos o desenvolvimento de plataformas virtuais, a redução dos custos do acesso a essas ferramentas e a capacitação técnica de professores e alunos.

O setor de Inovação Tecnológica em Educação da UNESCO foi responsável por facilitar o acesso a plataformas digitais de ensino durante pandemia, por meio dos parceiros do “Global Education Coalition”, principalmente em prol de países africanos mais pobres.

Ensino profissionalizante – UNEVOC

A 214ª sessão do Conselho Executivo aprovou a nova estratégia da UNESCO sobre Educação e Treinamento Técnico e Vocacional 2022-2029 (TVET). A Estratégia foi concebida para contemplar em especial as metas 3 e 4 do ODS 4 (acesso igualitário à educação técnica e vocacional e desenvolvimento de habilidades para o trabalho decente).

Alinhada com o relatório da Comissão para os Futuros da Educação, ela tem, entre seus temas-chave, a recuperação econômica pós-pandemia; as transformações tecnológicas, a informalidade, e seus impactos no mercado de trabalho; o aprendizado ao longo da vida; e a promoção do emprego entre os jovens.

No último lustro, a UNESCO investiu cerca de US\$ 72 milhões em TVET e apoiou mais de 50 países em todo mundo, oferecendo treinamento para alunos, professores e oficiais de governo. Cerca de 224 instituições técnicas e profissionalizantes foram beneficiadas pelo trabalho desenvolvido pelo Centro Internacional para Educação e Treinamento Técnico e Profissional da UNESCO

(UNEVOC), centro de categoria 1 com sede em Bonn. No Brasil, três instituições estão ligadas à rede de TVET da UNESCO (UNEVOC-Network), coordenada pelo instituto em Bonn: o SENAI, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação

A Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação foi grupo de especialistas reunidos pela UNESCO para iniciar processo de reflexão sobre o futuro da educação. O estabelecimento da Comissão decorreu da percepção comum entre os Estados-membros de que o setor deverá passar por amplas transformações, tendo em conta a introdução de novas tecnologias de aprendizagem e as mudanças curriculares e das práticas de ensino necessárias à promoção de uma cultura de sustentabilidade.

Nesse contexto, durante a 41ª Conferência Geral, foi lançado o relatório “Reimagining our Futures Together: A New Social Contract for Education”, que servirá de base conceitual para a realização da “Cúpula para Transformação da Educação”, iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que terá lugar em setembro de 2022, antecedida, entre 28 e 30 de junho, da chamada “Pré-cúpula de Paris”, a realizar-se na sede da UNESCO.

Convenção Global sobre Reconhecimento de Títulos de Educação Superior

Durante a 40ª Conferência-Geral da UNESCO, em 2019, foi adotada Convenção Global sobre Reconhecimento de Títulos de Educação Superior, instrumento regulatório internacional de referência para os procedimentos de reconhecimento de qualificações de ensino superior, que tem por intuito facilitar a mobilidade acadêmica no âmbito internacional, bem como a cooperação entre instituições de ensino superior.

A Convenção está aberta à ratificação pelos Estados-membros da organização, bem como à adesão de todos os demais Estados-membros da ONU, e entrará em vigor, para os Estados que a ratificarem, três meses após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação junto à UNESCO, número ainda não alcançado. O Brasil, até o momento, não manifestou intenção de aderir ao acordo.

Rede de Cidades da Aprendizagem

A Rede de Cidades de Aprendizagem da UNESCO integra cidades que têm como prioridade proporcionar oportunidades de aprendizagem aos seus cidadãos, orientando suas políticas públicas para promover a educação ao longo da vida, dentro e fora da escola. A iniciativa, conduzida pelo Instituto de

Aprendizagem ao longo da Vida (UIL), volta-se ao compartilhamento de boas práticas em política de educação entre municípios de todo o mundo.

Mais de mil cidades no planeta estão em processo de adesão ou já fazem parte da Rede Global. No Brasil, fazem parte da rede as cidades de Contagem (MG) e São Paulo (SP). A última reunião da Rede ocorreu em outubro de 2021, em Yeonsu, República da Coreia.

Escolas Associadas da UNESCO no Brasil

Fundado em 1953, o Projeto da Rede de Escolas Associadas da UNESCO (PEA) promove o intercâmbio entre cerca de 11 mil instituições educacionais em 180 países. As instituições associadas – que incluem creches, pré-escolas, escolas primárias, secundárias, técnicas, além de instituições de formação de professores – desenvolvem métodos e materiais educacionais inovadores, e trabalham para fomentar a cultura da paz, o diálogo intercultural, o desenvolvimento sustentável e a educação de qualidade.

O Brasil possui a segunda maior Rede PEA UNESCO em todo o mundo, com 569 escolas associadas, que reúnem cerca de 550 mil alunos e 42 mil professores.

Cátedras UNESCO

O Programa de Cátedras e Redes UNITWIN, iniciativa lançada em 1992, tem como principal objetivo a capacitação por meio da troca de conhecimentos, treinamento e pesquisa conjunta. Participam do programa universidades e organizações governamentais e não governamentais ligadas à educação superior. Em sua maioria, os projetos apresentados são interdisciplinares e estabelecem redes de conhecimento entre universidades de distintos países.

O Programa Cátedras UNESCO/UNITWIN conta hoje com cerca de 877 cátedras e 46 redes UNITWIN em 116 países. O Brasil é um dos grandes beneficiários, contando com 27.

Atualmente, o programa está em fase de reestruturação, de modo a modernizá-lo e dotá-lo de maior eficácia. Novas diretrizes para candidaturas foram divulgadas em março último. Em novembro, na sede da UNESCO, ocorrerá evento de celebração dos 30 anos do programa.

Fóruns que contam com acompanhamento direto de pontos focais brasileiros

- **Grupo de Cooperação Técnica do Instituto de Estatísticas da Unesco (TCG/UIS)**

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), integra o Grupo de Cooperação Técnica do Instituto de Estatísticas da Unesco (UIS), instância responsável pelo acompanhamento de indicadores educacionais e pela elaboração de instrumentos de monitoramento, para melhor aferir a evolução das metas de educação do ODS-4. Como parte do processo de reforma do mecanismo global de educação, o UIS tem conduzido esforços para tentar traduzir as metas do ODS-4 em indicadores concretos, a partir do qual os progressos na implementação dos objetivos possam ser mensurados.

- **Teachers Task Force (TTF)**

A Força-Tarefa Internacional sobre Professores para Educação 2030 (*Teachers Task Force* - TTF), é a principal iniciativa da UNESCO voltada ao cumprimento da meta 4.c do ODS-4 sobre qualificação de professores. Trata-se de rede composta por 155 representantes de governos, organizações internacionais, sociedade civil, agências de desenvolvimento e setor privado, que trabalham para promover a capacitação de educadores e o desenvolvimento da carreira docente.

O Ministério da Educação ocupa uma das duas vagas destinadas à América Latina e Caribe no Comitê Diretivo da TTF (mandato 2021-2022, renovável por mais 2 anos), responsável pelo planejamento e direcionamento das atividades da Organização. A outra vaga é destinada a país caribenho de idioma inglês ou francês, e é atualmente ocupada por São Cristóvão e Nevis. A TTF lançou, em abril último, novo Plano Estratégico 2022-2025.

- **Aliança Global para Alfabetização (GAL)**

O programa Aliança Global para a Alfabetização (GAL), coordenado pelo Instituto da UNESCO de Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL), foi lançado em 2016, e tem por objetivo promover a alfabetização ao redor do mundo, por meio de apoio financeiro e projetos de capacitação. O programa é voltado aos 20 países com as maiores taxas de analfabetismo no mundo e ao grupo E-9, que reúne os nove países em desenvolvimento mais populosos do planeta e que concentram cerca de 70% da população adulta não alfabetizada (Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, Nigéria, México e Paquistão). O MEC participa dos esforços da GAL por meio de representante de sua Secretaria de Alfabetização.

SETOR DE CIÊNCIAS NATURAIS

A atuação do setor de Ciências Naturais orienta-se por dois objetivos estratégicos: o fortalecimento dos sistemas e políticas de ciência, tecnologia e inovação nos planos nacional, regional e global, inclusive mediante a promoção da ciência aberta; e a promoção da cooperação científica internacional em torno dos desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável. Desde a adoção da Agenda 2030, em 2015, os programas do setor orientam-se para a implementação dos ODS relacionados ao mandato da UNESCO, em particular os objetivos 6 (água doce) e 14 (oceanos). A Organização tem buscado contribuir, através de sua Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e de programas como o Programa Hidrológico Internacional (PHI), o Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) e o Programa de Geoparques e Geociências (PIGG) para ações de adaptação, mitigação e resiliência à mudança do clima.

Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta

No contexto dos esforços para fortalecer os sistemas de ciência e tecnologia, a UNESCO apoia a adoção de políticas de ciência aberta, com o objetivo de assegurar não apenas maior circulação e acessibilidade ao conhecimento e aos dados científicos, como também ampliação do diálogo da ciência com a sociedade. Nesse sentido, a atual DG Audrey Azoulay propôs, em 2019, a elaboração de uma Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta, aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 41ª Conferência Geral.

O Brasil, que tem importante tradição na promoção da ciência aberta, contribuiu ativamente para a elaboração da Recomendação. Representante da Secretaria-Executiva do MCTI integrou o Comitê Consultivo sobre Ciência Aberta, responsável pela redação da primeira versão do documento, e representantes do MCTI e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) participaram das negociações intergovernamentais sobre a versão final do texto.

No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil também colaborou com a UNESCO em outras iniciativas relacionadas à ciência aberta. O Ministro Marcos Pontes participou, em março de 2020, do “Diálogo Ministerial Virtual sobre Covid-19 e Ciência Aberta”, organizado pela UNESCO, e, em maio seguinte, o IBICT/ MCTI lançou o “Diretório de Fontes Abertas de Informações sobre o Covid” e o repositório de preprints “*Emerging Research Information*”, com apoio da UNESCO/Brasília.

Oceanos – Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)

Criada em 1960, a COI promove a cooperação internacional na área da oceanografia e coordena programas de pesquisa, serviços, sistemas de observação, mitigação de riscos e capacitação, visando aumentar o conhecimento e apoiar os Estados-membros na gestão dos recursos dos oceanos e zonas costeiras.

A COI tem também prestado apoio técnico a importantes processos internacionais, como as negociações de um futuro instrumento juridicamente vinculante sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além das jurisdições nacionais (BBNJ), em curso no âmbito das Nações Unidas, e da Convenção–Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC), por meio da plataforma de Diálogo sobre Oceano e Clima, estabelecida em 2020. A Comissão é igualmente responsável pelo monitoramento da implementação dos ODS 14.3.1 (acidez nos oceanos) e 14.a (capacidade científica sobre oceanos) da Agenda 2030 e coordena a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

O Brasil participa ativamente dos trabalhos da COI. Ocupa, atualmente, uma das Vice-Presidências do Conselho Executivo da Comissão (mandato 2021-2023), representando a América Latina e Caribe, assim como uma das Vice-Presidências da COI-Caribe (mandato 2021-2023), por meio, respectivamente, do CMG Frederico Nogueira (Marinha) e da Dra. Cláudia Magalhães (MCTI). Tem desempenhado papel de destaque na implementação da Década das Ciências Oceânicas: sediou a Oficina Regional do Atlântico Sul preparatória à Década, no Rio de Janeiro, em 2019 e foi o primeiro país a estabelecer Comitê Gestor da Década, coordenado pelo MCTI, no início de 2021. Em dezembro último, o professor Alexander Turra, do Instituto de Oceanografia da USP (IO-USP), foi um dos três latino-americanos selecionados para integrar o Conselho Assessor da Década, cujo processo seletivo encontra-se em andamento. O Prof.

Biodiversidade – Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB)

O Programa "O Homem e a Biosfera" abriga a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, conjunto de sítios naturais em que se combinam preocupações de conservação da biodiversidade e promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Como país que abriga as maiores Reservas da Biosfera (RBs) da Rede Mundial da UNESCO, o Brasil tradicionalmente tem participação de destaque no programa MAB. As seguintes reservas brasileiras integram atualmente a Rede: 1) Mata Atlântica, 2) Cerrado, 3) Caatinga, 4) Amazônia Central, 5) Pantanal, 6) Serra do Espinhaço e 7) Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Foram incorporadas recentemente ao MAB redes temáticas das quais o Brasil participa: Rede de RBs em Áreas de Cavernas (CaveMAB) e Rede Lusófona de RBs, além da Plataforma sobre Clima, Risco e Resiliência para a América Latina e o Caribe, estabelecida com o objetivo de realizar análises de riscos e vulnerabilidades a desastres naturais em RBs e atividades de capacitação correlatas.

Geologia

Criado em 2015, o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP) tem como objetivo promover a cooperação internacional e o desenvolvimento das Ciências da Terra e a proteger sítios de especial relevância geológica – os Geoparques Mundiais da UNESCO. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a contar com geoparque na rede, ao estabelecer, em 2006, o Geoparque Araripe, administrado pela Universidade Regional do Cariri, no Ceará.

O Programa tem despertado crescente interesse de atores brasileiros. Em 2019, o Brasil apresentou duas novas candidaturas à Rede Global de Geoparques: “Caminhos Cânions do Sul”, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e o “Seridó”, no Rio Grande do Norte. Ambas as postulações aguardam a realização de missões de avaliação, inicialmente previstas para 2020, mas atrasadas em decorrência da pandemia. Em 2020, o Brasil apresentou mais duas cartas de intenção relativas às candidaturas do “Geoparque Caçapava” e do “Geoparque Quarta Colônia” (ambos no Rio Grande do Sul), que deverão ser formalizadas apenas em 2022, tendo em vista os ajustes no calendário do programa ocasionados pela pandemia.

Hidrografia - Programa Hidrológico Internacional (PHI)

País que conta com o maior volume de água doce do mundo, o Brasil tradicionalmente tem participação destacada no Programa Hidrológico Internacional (PHI), único programa intergovernamental do sistema das Nações Unidas dedicado à pesquisa sobre águas fluviais, à gestão dos recursos hídricos e à educação e capacitação na área. O PHI desenvolve abordagem interdisciplinar e integrada da gestão de aquíferos e de bacias hidrográficas, que incorpora a dimensão social do uso dos recursos hídricos e promove a pesquisa internacional em ciências hidrológicas. Implementado em fases programáticas de seis anos, o PHI iniciará, em 2022, sua nona fase, cujo Plano Estratégico foi aprovado durante a 24ª sessão do Conselho do PHI, em junho de 2021.

O PHI também monitora a implementação do ODS 6 da Agenda 2030, relativo a água e saneamento, sendo co-responsável pelo indicador 6.5.2 (sobre cooperação hídrica transfronteiriça) e co-coordenador da área de capacitação do Marco de Aceleração Global do ODS 6, lançado em 2020 com o objetivo de avançar na implementação das metas relacionadas à água. Participa também ativamente da ONU-Água, mecanismo interagências do sistema ONU para o tema, em cujo contexto publica, anualmente, o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR). O Programa também tem lançado importantes projetos, como a Iniciativa sobre Grandes Rios do Mundo (WLRI) e a Aliança de Megacidades para Água e Clima (MAWAC), que conta com a ativa participação das prefeituras de Rio de Janeiro e São Paulo e que deverá em breve oficializar o lançamento de sua plataforma regional para a América Latina e o Caribe (MAWAC-LAC).

Segue pendente proposta de qualificação do Centro Internacional de Hidroinformática para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (CIH), de Itaipu Binacional, como Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO. Embora a criação do centro tenha sido aprovada pela 34ª sessão da Conferência Geral, em 2007, o acordo entre o Brasil, o Paraguai e a UNESCO não chegou a ser assinado, por conta de pendências jurídicas levantadas pelo lado brasileiro.

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

O setor de Ciências Humanas e Sociais tem como objetivo estratégico incentivar a reflexão em Humanidades, com especial ênfase em questões como a promoção do desenvolvimento social inclusivo, o diálogo intercultural e desafios éticos relacionados, sobretudo, às tecnologias emergentes. Estrutura-se sobre programas dedicados à juventude e ao esporte; bioética e ética da ciência e tecnologia; inclusão e direitos humanos; memória e História; e pesquisa e elaboração de políticas públicas.

Bioética e ética da ciência / Recomendação da UNESCO sobre Ética na Inteligência Artificial

O programa de bioética e ética na ciência da UNESCO organiza-se em torno de três órgãos: a Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMEST), o Comitê Internacional de Bioética (CIB) e o Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB), dos quais apenas o último tem natureza intergovernamental, enquanto os dois primeiros são compostos por especialistas nomeados a título pessoal pela Diretora-Geral. Os comitês reúnem-se periodicamente para realizar estudos sobre questões éticas relacionadas a tecnologias emergentes, inclusive no campo das ciências da vida. Importantes documentos normativos/deontológicos aprovados pelos órgãos deliberativos intergovernamentais da UNESCO surgiram de relatórios elaborados pelos comitês de ética, como a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e Direitos Humanos (1997) e a Declaração sobre Princípios Éticos relacionados à Mudança do Clima (2017).

Representantes do MCTI e do Ministério da Saúde têm acompanhado o trabalho da UNESCO em temas relacionados à ética, especialmente por meio das sessões do CIGB. Em vista do interesse de atores brasileiros pelo tema, o Brasil apresentou candidatura para o mandato 2021-2025 do CIGB.

Recomendação sobre Ética na Inteligência Artificial

A Diretora-Geral da UNESCO considera a agenda de inteligência artificial uma das prioridades de sua gestão à frente da Organização. Nesse contexto, a UNESCO organizou série de eventos e iniciativas sobre o tema, como o Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe, realizado em 2019 em colaboração com o governo brasileiro (MRE, MCTI e CETIC.br) e, propôs, com base em estudo preliminar realizado pela COMEST, que se iniciasse a elaboração da uma Recomendação sobre Ética na IA, iniciativa aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 40ª Conferência Geral da Organização. Em linha com a prioridade conferida pelo governo brasileiro ao tema, participamos ativamente das reuniões intergovernamentais

que negociaram o texto final do documento, adotado pela 41ª sessão da Conferência Geral.

A Recomendação sobre Ética na IA oferece quadro abrangente de medidas para orientar políticas de IA, a fim de promover o desenvolvimento e uso ético da tecnologia. Apesar de tratar-se de documento não-vinculante, a Recomendação será o principal marco de referência internacional na matéria, e suas recomendações tenderão a constituir padrão internacional aplicável na área. Cabe ressaltar que a Recomendação se alinha ao marco normativo de IA em vigor no Brasil.

Dentre as principais medidas recomendadas no documento aprovado pela Conferência Geral, encontra-se a adoção de sistema de Avaliação de Impacto Ético (AIE) para monitorar os benefícios e riscos de IA, para o qual a UNESCO elaborará metodologia.

Esporte

A UNESCO é a principal agência das Nações Unidas para a temática da educação física e do esporte. Por meio do Comitê Intergovernamental para Educação Física e Esportes (CIGEPS), são formuladas diretrizes para orientar os governos sobre temas como educação física de qualidade, promoção de valores através do esporte e integridade esportiva, a qual busca estimular ambiente justo e equitativo para as práticas esportivas, especialmente por meio da Convenção Internacional contra a Dopagem no Esporte.

A Secretaria de Esporte do Ministério da Cidadania e a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) participam ativamente das atividades da UNESCO em esporte, especialmente em relação ao combate da dopagem. A cada dois anos, a ABCD envia relatório de implementação da Convenção contra a Dopagem no Esporte e participa da sua Conferência das Partes (COP). A Secretária-Executiva da ABCD integrou a força-tarefa criada em 2020 para revisar as Diretrizes Operacionais e o Marco de Consequências para Casos de Não-Conformidade em relação à Convenção Internacional contra a Dopagem no Esporte, levada à consideração da COP-8, recém-reunida em outubro de 2021. Representantes da ABCD e do Ministério da Cidadania integraram a delegação brasileira à COP-8.

Transformações Sociais / História da África / Rota do Escravo

O Programa de Gestão das Transformações Sociais (MOST) promove a interação entre a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas sob a ótica das humanidades, da filosofia e das transformações sociais. São discutidos nesse âmbito temas como a construção de uma cultura de paz, o diálogo intercultural e o combate ao racismo e às discriminações. Por meio das cátedras

UNESCO, diferentes universidades e instituições de pesquisa brasileiras participam do programa, como a UNB e a UFMG, entre outros.

O setor de Ciências Humanas e Sociais se ocupa igualmente da coordenação da coleção "História Geral da África", cujos últimos três volumes, em fase de publicação, receberam importante contribuição brasileira. A seleção dos manuscritos que integrarão os próximos três volumes, centrados nas transformações ocorridas no continente desde o fim do *apartheid* na África do Sul e na contribuição das diásporas africanas na contemporaneidade, foi realizada pelo Comitê Científico Internacional da coleção em reunião sediada pela Escola de Direito Dom Helder, em Belo Horizonte, em 2019.

Outra iniciativa do setor é o projeto “A Rota do Escravo”, que tem como objetivo preservar a história e promover a pesquisa científica relacionada à escravidão, assim como ampliar a conscientização sobre o assunto, inclusive mediante o desenvolvimento do “turismo ético” em sítios de memória ligados ao tema. No Brasil, estão formalmente associados ao projeto os seguintes lugares e roteiros de memória: Cais do Valongo (Rio de Janeiro), Terreiro Zogbodo Mâle Bogun Seja htundê - Roça do Ventura (Bahia) e Rota da Liberdade (São Paulo). Além disso, os seguintes sítios brasileiros constam da publicação "*Legacies of Slavery*", produzida no âmbito do projeto, como exemplos de boas práticas de gestão de lugares de memória relacionados à história da escravidão: Centro Histórico de Salvador (Bahia), Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Rio de Janeiro), Fazenda Machadinha (Rio de Janeiro), Roteiro Afro (São Paulo), Circuito Quilombola do Vale do Ribeira (São Paulo), Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas).

Desde 2020, diante das manifestações mundiais contra o racismo, a pedido dos Estados-membros, a UNESCO tem fortalecido suas ações de combate ao racismo e à discriminação.

SETOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O setor de comunicação e informação da UNESCO responde a um dos pilares fundamentais da Organização, relativo à promoção e à defesa da liberdade de expressão e do acesso à informação. O Brasil tem tido papel proeminente em ambos os campos.

Estabelecido em seu formato atual em 1990, o setor de Comunicação e Informação (CI) é composto por duas unidades: a) Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia; e b) Divisão da Sociedade do Conhecimento. O setor também fornece o apoio de secretariado para dois programas intergovernamentais: o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) e o Programa Informação para Todos (PIPT).

Liberdade de expressão e desenvolvimento de mídia

A Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia implementa atividades que visam à promoção do livre fluxo de informação. Suas principais tarefas contemplam ações junto a governos, instituições públicas e sociedade civil, no intuito de sensibilizá-las para questões relativas à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, inclusive no que tange à celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A Divisão, ademais, assiste os Estados-membros da UNESCO no desenvolvimento de padrões e instrumentos legais para a liberdade de imprensa e a liberdade de informação, em conformidade com padrões reconhecidos internacionalmente, bem como monitora a situação da segurança dos jornalistas, inclusive quanto à impunidade dos crimes cometidos contra jornalistas. É igualmente responsável pelo estabelecimento de padrões para a educação de jornalistas e pelo apoio ao papel da mídia como promotora de diálogo inclusivo, especialmente em situações de conflito. A Divisão, ademais, trabalha pela promoção da pluralidade de mídia, particularmente no que diz respeito à agenda de mídia comunitária.

O Brasil foi membro fundador, em 2016, do Grupo de Amigos na UNESCO para a Liberdade de Imprensa e o Combate à Impunidade dos Crimes contra Jornalistas (há grupos sobre o mesmo tema na ONU em Nova Iorque e Genebra, dos quais o Brasil também faz parte). Nessa área, foi estabelecida cooperação entre a UNESCO e autoridades brasileiras, inclusive com a participação da Corte Iberoamericana de Justiça, no intuito de promover a capacitação de pessoal do poder judiciário na identificação de tais crimes e no combate à impunidade.

A Diretora-Geral da UNESCO emite, para cada caso de assassinato de jornalista no mundo, um comunicado público. Anualmente é publicado relatório

sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade, com ampla repercussão internacional, elaborado em grande medida com base nas informações fornecidas pelos Estados-membros. É, ademais, utilizado como referência global por ONGs e formadores de opinião.

O Brasil tem mantido o Secretariado da Organização informado sobre os casos de jornalistas assassinados. O envio de esclarecimentos corrobora percepção positiva quanto ao engajamento do Governo brasileiro no combate à impunidade de tais crimes, bem como na proteção da liberdade de expressão.

Sociedade do Conhecimento e Inteligência Artificial

Desde 2009, a UNESCO tem lançado uma série de publicações sobre liberdade na Internet com vistas a apoiar os Estados-membros e outros interlocutores a elaborar suas políticas e atividades na área. A série apresenta resultados dos principais estudos sobre diversos temas relacionados ao desenvolvimento da sociedade da informação, entre eles, princípios de governança da internet, privacidade, segurança, criptografia, proteção de jornalistas na era digital e mitigação do discurso de ódio na *web*.

Dentre os mais recentes aportes da Organização, a UNESCO lançou em novembro de 2018 o Manual "*Journalism, 'Fakenews' and Disinformation*" com recomendações para centros de formação e treinamento de jornalistas sobre o atual fenômeno das *fake news*. O documento foi elaborado no âmbito do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) da UNESCO.

A UNESCO participa e apoia, ainda, as atividades de fóruns internacionais de governança da internet, notadamente, da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS – sigla em inglês) e do Fórum de Governança da Internet (IGF - sigla em inglês). Note-se que a UNESCO lançou versões em português e espanhol da publicação "*Internet Study*", a qual apresenta estudo sobre acesso a informação, liberdade de expressão, privacidade e ética no meio digital.

Resultado do trabalho do Centro de Categoria II da UNESCO, o CETIC.br (Centro Regional de Estudos da Sociedade da Informação), com sede em São Paulo, a Organização lançou em 2020 os "Indicadores sobre Universalidade da Internet" (aprovados em novembro pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação - PIDC/UNESCO). Os indicadores seguem os princípios de Universalidade de Internet adotados pela 38ª Conferência Geral da UNESCO (2015), que constituem o acrônimo "ROAM", sigla em inglês para: "Rights" – que a Internet esteja baseada nos direitos humanos; "Open" – que a rede seja aberta; "Accessible" – que seja acessível a todos; e "Multistakeholder" – que conte com participação

multissetorial. Os princípios têm os marcos jurídicos internacionais e regionais dos direitos humanos como eixos centrais, em matéria de direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, direitos da mulher, da criança, e de combate a toda e qualquer discriminação. No mesmo sentido, tem prevalecido nos debates da UNESCO a visão de que os princípios “ROAM” devem ser norteadores igualmente no que se refere à agenda de Inteligência Artificial.

Sob o setor de Comunicação e Informação, em 2018, por iniciativa do Brasil, foram lançados debates sobre a agenda estratégica da Inteligência Artificial (IA), temática que tem recebido desde então especial atenção por parte da UNESCO. No âmbito da Organização, há particular interesse em aprofundar o debate sobre o impacto da IA no ODS 4, sobre educação de qualidade; ODS 5, sobre a promoção da igualdade de gênero; ODS 6 sobre acesso à água e saneamento; ODS 14, relacionados à vida nos oceanos; ODS 9, sobre tecnologia e inovação; e o SDG 16, sobre uma cultura de paz e justiça, com ênfase nas questões de acesso à informação e liberdade de expressão. O tema foi inicialmente introduzido na UNESCO por iniciativa da Delegação brasileira, com a realização, em junho de 2018, do seminário "Uma Reflexão sobre Inteligência Artificial".

Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe

Foi realizado em São Paulo, em dezembro de 2019, o "Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe", em parceria entre o MRE, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), UNESCO e NIC.br/CETIC.br (Núcleo de Coordenação e Informação do Ponto Br e seu Centro Regional de Estudos para a Sociedade da Informação). O evento teve papel chave com aporte regional para as negociações sobre IA na UNESCO, garantindo a visibilidade positiva do Brasil e da região nas seguintes áreas: acesso à informação, ao conhecimento, à ciência e à pesquisa; suas implicações éticas, no direito à privacidade e à liberdade de expressão; a coleta, a gestão e o uso de dados para o desenvolvimento da IA; temas associados a governança da IA, políticas públicas, e a adoção de sistemas de IA; assim como o estabelecimento de marco legal adequado que possa subsidiar o desenvolvimento de aplicações éticas, transparentes e confiáveis baseadas em IA.

Renovação do CETIC.br

Na 212ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, (outubro de 2021), foi possível aprovar decisão para renovação do acordo constitutivo do CETIC.br. Assinatura dos acordos UNESCO-NIC.br (entidade brasileira financiadora) e UNESCO-Governo brasileiro ocorreu durante a 41ª CG (novembro de 2021).

Programa Memória do Mundo

O Programa Memória do Mundo da UNESCO seleciona conjuntos documentais e arquivos de reconhecida significância histórica e universal. O Registro Internacional, em que figuram as listas dos documentos selecionados, conta com dez coleções do Brasil, apresentadas individualmente ou em conjunto com outros países. Documentação relativa à produção musical do Imperador Dom Pedro I deverá ser apresentada neste ano para inclusão no Programa, como parte das celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil.

Elementos brasileiros no Programa Memória do Mundo

1. Arquivo arquitetônico de Oscar Niemeyer
2. Documentos relativos às viagens do Imperador D. Pedro II no Brasil e no exterior
3. Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais
4. Coleção do Imperador: fotografia brasileira e estrangeira do século XIX
5. Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
6. Rede de informação e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)
7. Guerra da Tríplice Aliança: representações iconográficas e cartográficas
8. Antonio Carlos Gomes: compositor de dois mundos
9. Arquivo Pessoal de Nise da Silveira
10. Coleção Educador Paulo Freire

SETOR DE CULTURA DA UNESCO

O setor de cultura da UNESCO goza da mais ampla visibilidade, em especial por meio das listas do Patrimônio Mundial e Imaterial. Trata-se de área que desenvolve intensa atividade normativa - com destaque para as seis Convenções e as dezesseis Recomendações - e cujos programas e especialistas são reconhecidos no mundo todo. O Brasil integra, atualmente, dois dos principais órgãos executivos das Convenções de cultura da UNESCO – os Comitês do Patrimônio Imaterial (Convenção de 2003) e da Diversidade Cultural (Convenção de 2005) – tendo encerrado, no ano passado, seu mandato no Comitê do Patrimônio Mundial (Convenção de 1972).

A Lista do Patrimônio Mundial reúne mais de mil sítios de valor excepcional para a humanidade, inscritos em virtude de seus atributos culturais ou naturais únicos e autênticos. No âmbito da Convenção de 1972, que instituiu a referida lista, a Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO dedica-se a promover o patrimônio brasileiro e os interesses do país nas negociações. Nesse contexto, cabe ressaltar a inscrição, por ocasião da última sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (44ª sessão, que se realizou virtualmente, em julho de 2021), do “Sítio Roberto Burle Marx”, na cidade do Rio de Janeiro, na Lista do Patrimônio Mundial, por seu excepcional valor cultural.

Encontra-se, atualmente, em fase de preparação a candidatura do sítio seriado “Conjunto de Fortificações Brasileiras”, que congrega dezenove fortes e fortalezas espalhados por diferentes pontos do território nacional. A futura inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial muito contribuiria para a divulgação da cultura e da história brasileira e a promoção do turismo em diferentes regiões do Brasil.

Com relação ao patrimônio cultural imaterial, registra-se a inscrição do “Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão” na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial, durante a 14ª sessão do Comitê Intergovernamental do Patrimônio Cultural Imaterial, em Bogotá, em dezembro de 2019.

Outra vertente de destaque no setor de Cultura é a “Rede de Cidades Criativas da UNESCO”, voltada a promover a cooperação entre cidades que identificaram setores criativos como fatores estratégicos para seu desenvolvimento urbano. A Rede engloba, atualmente, 295 cidades de 90 países, sendo 12 brasileiras: Belém (gastronomia), Brasília (design), Campina Grande (artes midiáticas), Curitiba (design), Florianópolis (gastronomia), João Pessoa (artesanato e artes populares), Paraty (gastronomia), Recife (música), Salvador (música), Santos (cinema), Belo Horizonte (gastronomia) e Fortaleza (design).

Em 2022, Santos sediará a Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, pela primeira vez a ocorrer na América Latina.

A Delegação brasileira também teve atuação determinante para a escolha da cidade do Rio de Janeiro como primeira Capital Mundial da Arquitetura da UNESCO em 2020, por acordo que envolveu a Prefeitura do Rio de Janeiro, o setor de Cultura da UNESCO, a União Internacional dos Arquitetos e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Em razão da pandemia do COVID-19, o evento foi realizado em formato virtual, em julho de 2021, contando com mais de 50 painéis sobre diversos temas, tais como infraestrutura, construção, habitação, mobilidade, cultura e planejamento urbano.

Em relação aos projetos de cooperação internacional na área de cultura, cabe ressaltar a renovação, em 2018, do acordo entre o Brasil e a UNESCO sobre o Centro Lucio Costa (na modalidade centro de categoria 2). Sob a direção do IPHAN, o Centro, sediado no Rio de Janeiro, tem por principal objetivo coordenar iniciativas de capacitação na área de gestão do patrimônio cultural voltada a países da América do Sul e da CPLP.

A UNESCO teve importante atuação em amparo à tragédia que vitimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em setembro de 2018, com o envio de missão técnica ao Brasil para colaborar com o trabalho de avaliação de perdas e resgate de peças atingidas pelo incêndio. Está em curso, atualmente, parceria da UNESCO com o Ministério da Educação, para reconstrução do Museu Nacional. Paralelamente, a UNESCO ofereceu doações dos 140 geoparques de sua rede para reconstituição do acervo do museu. Merece destaque, ainda nesse contexto, a aprovação, em outubro de 2018, de projeto de decisão do Conselho Executivo da UNESCO, apresentado pela delegação brasileira, acerca da preservação de museus e da prevenção de riscos ao patrimônio cultural.

Registra-se, por fim, a importante aprovação pelo Conselho Executivo da UNESCO do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. A decisão resultou de proposta conjunta de todos os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com amplo apoio das outras delegações estrangeiras. A decisão do Conselho Executivo representou momento histórico para os 265 milhões de pessoas, em nove países, unidos pela língua portuguesa, e foi chancelada pela 40ª Conferência-Geral da UNESCO, em novembro de 2019.

Sítios brasileiros na Lista do Patrimônio Mundial

Sítios culturais

1. Brasília
2. Centro histórico de Salvador

3. Centro histórico de São Luiz
4. Centro histórico de Diamantina
5. Centro histórico de Goiás Velho
6. Centro histórico de Olinda
7. Centro histórico de Ouro Preto
8. Missões Jesuíticas dos Guaranis
9. Conjunto Moderno da Pampulha
10. Rio de Janeiro: Paisagens cariocas entre a montanha e o mar
11. Santuário de Bom Jesus de Congonhas
12. Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão
13. Parque Nacional da Serra da Capivara
14. Sítio arqueológico do Cais do Valongo
15. Sítio Roberto Burle Marx

Sítios naturais

1. Reserva da Mata Atlântica
2. Ilhas atlânticas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas
3. Complexo de Conservação da Amazônia Central
4. Parque Nacional do Iguaçu
5. Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas
6. Área de conservação do Pantanal
7. Reservas florestais da Costa do Descobrimento

Sítio misto

1. Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade

Elementos brasileiros nas listas do Patrimônio Cultural Imaterial

1. Roda de capoeira
2. Círio de Nazaré
3. Frevo do carnaval do Recife
4. Samba de roda do Recôncavo baiano
5. Expressões orais e gráficas dos povos Wajãpi
6. Yaõkwa, ritual do povo Enawane Nawe para manutenção da ordem cósmica
7. Museu vivo do fandango
8. Chamada de projetos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
9. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão

Participantes brasileiras da Rede de Cidades Criativas da UNESCO

1. Belém (gastronomia)
2. Belo Horizonte (gastronomia)
3. Brasília (design)
4. Campina Grande (artes midiáticas)
5. Curitiba (design)
6. Florianópolis (gastronomia)
7. Fortaleza (design)
8. João Pessoa (artesanato e artes populares)
9. Paraty (gastronomia)
10. Recife (música)
11. Salvador (música)
12. Santos (cinema)

Jardins de Burle Marx

A UNESCO abriga o único exemplo conhecido existente das obras de paisagismo de Burle Marx na Europa - um conjunto de seis jardins de aproximadamente 375 m², integrando áreas subterrâneas do edifício em sua entrada principal, originalmente concebida pelo próprio Burle Marx. Um projeto de restauração está sendo elaborado pelo Secretariado, com particular interesse da Diretora Geral.

São previstas duas fases: (i) reabilitação estrutural, que exigirá a remoção parcial da paisagem para reparação de infiltrações e impermeabilização dos terrenos; e (ii) restauração da paisagem, com substituição de materiais existentes e reconstituição das coleções botânicas. A delegação brasileira está envolvida no projeto e deverá participar de sua segunda fase, em coordenação com o Instituto Burle Marx, no Rio de Janeiro.

O projeto de restauração foi aprovado na reunião do Comitê de Sede da UNESCO e espera-se protagonismo do Brasil para dar seguimento ao tema no âmbito Conselho Executivo e na Conferência Geral. O maior desafio, no momento, é o financiamento da obra, que, para sua segunda etapa, poderá contar com aporte de instituições públicas e privadas brasileiras.

Dívida do Brasil junto ao Fundo do Patrimônio Imaterial

O Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (FPI) foi criado no âmbito da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, como o principal mecanismo para o financiamento de atividades relacionadas à proteção do patrimônio cultural imaterial. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Convenção, os recursos do FPI são destinados ao financiamento de projetos de assistência internacional e capacitação realizados em países em desenvolvimento, sobretudo para a proteção de elementos inscritos na Lista de Salvaguarda Urgente.

O Brasil conta, atualmente, com nove elementos inscritos nas três Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade:

a) Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade:

- Círio de Nazaré;
- Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão;
- Expressões orais e gráficas dos povos Wajãpi;
- Frevo do carnaval do Recife;
- Roda de capoeira;
- Samba de roda do Recôncavo Baiano;

b) Lista do Patrimônio Cultural Imaterial em Necessidade de Salvaguarda Urgente:

- Yaokwa, ritual do povo Enawane Nawe para manutenção da ordem cósmica;

c) Lista de Boas Práticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial:

- Museu vivo do Fandango; e
- Chamada de projetos do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Atualmente, o Brasil cumpre mandato no Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (CPI), para o qual foi eleito em 2020, com mandato até 2024. Durante seu primeiro de mandato, o Brasil ocupou a Vice-Presidência do Comitê como representante do GRULAC. Após o Comitê do Patrimônio Mundial, que deixamos de integrar em novembro de 2021, ao término de nosso mandato, o CPI é o órgão mais relevante e de maior visibilidade do setor de Cultura da UNESCO.

O pagamento pontual das contribuições ao FPI constitui obrigação estatutária dos Estados-partes da Convenção de 2003 e representa um dos pressupostos para a participação do Brasil na agenda da Convenção do Patrimônio Imaterial. No caso de membros do Comitê do Patrimônio Imaterial (como o Brasil), O artigo 26, parágrafo 5, da Convenção de 2003 prevê que a inadimplência em relação às contribuições relativas a exercícios anteriores pode ensejar perda de mandato, com a consequente exclusão de um dos principais órgãos executivos do Setor de Cultura da UNESCO, além de considerável constrangimento para o país.

O Brasil deve, no momento, 55% da contribuição obrigatória referente ao exercício de 2021 (USD 55mil) e 100% do exercício 2022 (USD 69mil). De acordo com comunicação encaminhada pelo Secretariado da Convenção, o prazo final para o pagamento da dívida de 2021 é 27 de junho de 2022, após o qual o Brasil seria excluído do Comitê e seu assento incluído na lista de vagas abertas para preenchimento pela Assembleia Geral. Tal medida não apenas alijaria o país de um dos principais órgãos de governança multilateral do patrimônio cultural como também lhe impingiria consideráveis constrangimentos nos planos nacional, regional e internacional.